

Cidade letrada: as redes em torno dos manuais didáticos de História do Brasil- Rio de Janeiro, 1870-1920.

Alexandra Lima da Silva\*

Resumo: Este trabalho analisa as redes em torno da publicação dos manuais didáticos de História do Brasil, em que pese à articulação entre os distintos sujeitos e instituições, refletindo para as possibilidades abertas a partir da existência de tais livros, sobretudo no que tange a ampliação do público leitor na cidade do Rio de Janeiro entre 1870-1920.

Palavras-chave: manuais didáticos- cidade letrada- História do Brasil

Abstract: This study examines the networks around the publication of textbooks, teaching History of Brazil, where despite the link between the different subjects and institutions, reflecting the potential for open from the existence of such books, especially as it pertains to extension public's reader in Rio de Janeiro between 1870-1920.

Keywords: teaching manuals-literate city-History of Brazil

---

\* Mestre em Historia Social UFF.

Um dos princípios norteadores do presente trabalho foi tentar apreender a produção de livros didáticos a partir das articulações dos sujeitos e instituições: autores, livreiros, editores, impressores, tipógrafos, escolas (o que inclui professores, alunos, diretores), pensando com isso uma expansão do ensino e mercado editorial na cidade do Rio de Janeiro, a partir da segunda metade do século XIX.

Neste processo, as mudanças não ocorreram somente a partir de leis e decretos, sendo importante considerar os movimentos diversos dos sujeitos, em suas ações, lutas e estratégias diversas, tais como aproximações, contatos, associações, dentre outras. Penso com isto uma rede articulada em torno da produção de livros didáticos, e de como isto representou uma difusão nos usos e alcances dos mesmos e no florescimento do mercado editorial na cidade do Rio de Janeiro.

Neste sentido, através da análise e articulações do livro didático junto a redes de comunicação social e linguagens, o concebo como algo complexo, atingindo diferentes públicos e fins, na perspectiva indicada por Maciel,<sup>1</sup> pensando a emergência de uma cultura de massa sustentada pela articulação entre ampliação das redes de ensino e dos meios de comunicação, compondo com isto, uma “ampliação dos circuitos de comunicação social no Rio de Janeiro,” a partir da “formação de novos grupos produtores (autores, editores, jornalistas) e difusores (livrarias, bibliotecas, associações, escolas) de materiais impressos de natureza diversa (livros, folhetos, periódicos)”<sup>2</sup>

Proponho com isto analisar a relação entre “cultura letrada e cidade,”<sup>3</sup> uma vez que a cidade do Rio de Janeiro já em meados do século XIX apresentava uma série de especificidades em relação ao restante do país, com uma crescente expansão na rede de ensino, e uma crescente e gradual queda no percentual de analfabetismo.

Segundo o censo de 1870, mais da metade da população do Rio de Janeiro era considerada analfabeta. Em 1890, havia cerca de meio milhão de pessoas na cidade, o

---

<sup>1</sup> MACIEL, Laura Antunes. “De ‘o povo não sabe ler’ a uma história dos trabalhadores da palavra”. In: MACIEL, Laura Antunes, Paulo Roberto de Almeida, Yara Aun Khoury.(Orgs.). *Outras histórias : memórias e linguagens*. São Paulo : Olho d’Água, 2006, p. 204

<sup>2</sup> Ibid, p. 212

<sup>3</sup> Sobre a relação cultura letrada/cidade, uma importante referência é o trabalho de Heloísa de Faria Cruz, centrado na cidade de São Paulo. CRUZ, Heloísa de Faria. CRUZ, Heloísa de Faria. *São Paulo em papel e tinta: periodismo e vida urbana-1890-1915*. SP:EDUC; FAPESP; Arquivo do Estado de São Paulo; Imprensa Oficial de São Paulo, 2000.

dobro em relação a 1870. Deste meio milhão, 57,9% dos homens e 43,8% das mulheres foram registrados como alfabetizados, o que representava em termos numéricos cerca de 270 mil pessoas capazes de ler e escrever. Em 1924, num universo de 1.157.141 de habitantes, 61,1% das pessoas eram alfabetizadas, superando o número de “iletrados” na cidade.<sup>4</sup> Estas taxas eram as mais baixas do país e mostram o crescimento contínuo da população alfabetizada no Rio de Janeiro que, em princípio, já dominava as primeiras letras ou, pelo menos, podia ler e ter acesso a textos impressos.

Com isto, tenho a preocupação de compreender o crescimento no número de pessoas alfabetizadas naquele momento como uma das formas de luta da população na participação não somente nas eleições, uma vez que ser alfabetizado era condição para tanto, mas também, enquanto parte da luta pela melhoria nas condições de vida, ampliando-se o acesso aos direitos de cidadania. Tal crescimento não deve ser interpretado como uma “benesse para o povo”, mas como uma conquista em meio a disputas e embates travados historicamente.

Acompanhando as discussões parlamentares e artigos saídos na imprensa, a questão da instrução pública estava na ordem do dia e ganhava visibilidade por meio de diferentes projetos e iniciativas que propunham a necessidade de reformar o ensino e lutar contra o analfabetismo,<sup>5</sup> dentre outras.

Afinal, para quem e para quem serviria a instrução? Em torno destas questões havia muita dissonância, uma vez que para uns, a instrução era sinônimo de luta, resistência e ascensão social, ao passo que para outros, era defendida enquanto um privilégio para poucos, demarcadora de lugares sociais.

A instrução na cidade do Rio de Janeiro em finais do século XIX era composta por escolas públicas, particulares, além da experiência das escolas mantidas por associações de classe, voltadas para um público diversificado. Observando os dados estatísticos sobre o número de as escolas existentes no Distrito Federal sabemos que em

---

<sup>4</sup> Recenseamento do Rio de Janeiro, 20/11/1906. Apud DAMAZIO, Sylvia. *Retrato Social do Rio de Janeiro na virada do século*. RJ: EdUERJ, 1996, p. 125.

<sup>5</sup> Exemplos desses debates podem ser encontrados em: JOSÉ AUGUSTO. “Reforma do ensino: pedido de transcrição do artigo: ‘Pela educação popular’, do Sr Carneiro Leão.” *ANAIS DA CAMARA DOS DEPUTADOS*, 1915, Vol 18, p.99; BONIFÁCIO, José. “Medidas contra o analfabetismo”. *ANAIS DA CAMARA DOS DEPUTADOS*. 1915, Vol 19, pp. 193 e 198; 191 e 196; DÓRIA, Franklin. *A Instrução*. Rio de Janeiro, 1877, Typographia Nacional, 15 p. (Discursos na Câmara dos Deputados). *Ensino Público*. Obra destinada a mostrar o estado em que se acha e as reformas que exige a instrução pública no Brasil, por A. de Almeida Oliveira, Maranhão, 1874. *INSTRUÇÃO PÚBLICA (A Reforma da...)*, por José Joaquim do Carmo, Rio de Janeiro RJ, 1876.

1892 eram 120 as escolas primárias e 5 as escolas secundárias públicas, dois internatos para menores, a Escola Normal, além de 85 estabelecimentos privados de ensino primário e 58 de instrução primária e secundária.

No ano seguinte, o número de escolas públicas elevou-se para 150, em 1897 já eram 154 escolas, que aumentam para 274 em 1907 e 295 em 1910. Especificamente para o ensino de adultos existiam desde 1893, cursos noturnos para os maiores de 14 anos de ambos os sexos, criados em algumas escolas primárias, de preferência perto de fábricas. Em 1907 o ensino noturno foi reorganizado e expandido, existindo 11 escolas que funcionavam à noite. A partir de 1912 os cursos noturnos passaram a atender também as mulheres e o número de escolas aumentou para 21.<sup>6</sup> Existiam renomados colégios voltados para a instrução de meninos e meninas, sob as formas de internato e externato, sendo boa parte destes situados em bairros como Botafogo, Laranjeiras e Centro.

Em relação ao número de alunos matriculados, segundo o Censo de 1872 havia 10.100 indivíduos matriculados nas escolas públicas e particulares, o que representava 20% das crianças livres. Já em 1876 foram registrados 14.257 alunos matriculados. Em inícios da década de 1880, existiam 18.804 alunos regularmente matriculados nas escolas, 8.740 em escolas públicas e, 10.064, em escolas particulares.<sup>7</sup>

Entretanto, segundo DAMAZIO, apesar do crescimento da rede formal de ensino, a frequência às aulas manteve-se baixa, e “apenas cerca de 60% dos alunos matriculados compareciam às aulas”.<sup>8</sup>

O investimento na abertura de escolas elementares foi maior em relação às escolas secundárias. Se em 1869, havia 230 escolas secundárias e 3.723 escolas elementares, em 1889 temos um aumento no número de escolas elementares, 266.084 e somente 138 escolas secundárias<sup>9</sup>.

---

<sup>6</sup> DAMAZIO, Sylvia. Op.cit., 1996, p. 125-6.

<sup>7</sup> SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de. *Forma e culturas escolares na cidade do Rio de Janeiro: representações, experiências e profissionalização docente em escolas públicas primárias*. Doutorado em Educação, UFF, 2002.

<sup>8</sup> Ibid., p. 128.

<sup>9</sup> Cf ALMEIDA, J Ricardo de. *História da Instrução Pública no Brasil (1500-1889)*. S. Paulo: INEP/PUC-SP, 1989.

A rede particular oferecia também colégios “para meninas”, dirigidos por “respeitadas e dignas” senhoras, da mais alta competência e segurança dos pais, como procuravam fazer crer os anúncios de colégio para moças<sup>10</sup>:

Havia também, projetos e iniciativas de instrução popular, sobretudo no que se refere à alfabetização de adultos e instrução primária, se constituindo gradualmente, em função das crescentes demandas e pressões no sentido de ampliação de direitos.<sup>11</sup>

Neste aspecto, temos os vários cursos noturnos para adultos criados por iniciativa de instituições mantidas por “cidadãos filantropos” preocupados em “educar” os pobres em geral e os trabalhadores em particular, como o do Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro, criado em 1856, instituído para “ministrar a educação elementar aliada ao ensino técnico-profissionalizante de adultos e jovens”, mas que continuou ampliando suas atribuições e públicos.<sup>12</sup>

Existiam outras instituições semelhantes, tais como a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, a Sociedade Propagadora das Belas Artes e a Sociedade Propagadora da Instrução aos Operários da Freguesia da Lagoa, apenas para citar algumas iniciativas. Entretanto, existiram inúmeras experiências de associações de trabalhadores que elaboraram projetos de instrução “para os trabalhadores e seus filhos”, num movimento que partia dos próprios trabalhadores diversos (tipógrafos, comerciantes, Caldeireiros de Ferro, operários, etc).<sup>13</sup>

A partir dos anos 1870 começaram a surgir também cursos noturnos voltados para públicos específicos, como o oferecido pelo Bacharel Mata de Araújo especialmente para o “professorado e público das primeiras letras,”<sup>14</sup> ou ainda, escolas

---

<sup>10</sup> Anúncio do Colégio da Imaculada Conceição. Apud: *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro* para o ano de 1880. RJ: Laemmert, 1880, p. 634.

O Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro trazia informações diversas para o “público da corte,” sendo uma referência de grande utilidade para todos, informando dados gerais da cidade, informes de estabelecimentos comerciais, etc.

<sup>11</sup> MARTINEZ, Alessandra Frota. *Educar e instruir. A instrução popular na corte imperial (1870- 1889)*. Dissertação de mestrado em História, 1997, UFF, Niterói.. p. 18.

<sup>12</sup> *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial* para o ano de 1889, p. 1635. RJ: E & H Laemmert, 1889.

<sup>13</sup> MENDONÇA, Leandro Clímaco Almeida de. Relatório final do projeto *Outras memórias e histórias: cultura letrada e redes de comunicação social no Rio de Janeiro, 1870-1920*, sob a orientação da prof<sup>a</sup> Dra Laura Antunes Maciel. Niterói, UFF, 2007, p. 8.

<sup>14</sup> *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial* para o ano de 1872: RJ: E & H Laemmert, 1872, pp. 444.

criadas pelas mais diversas iniciativas e localizadas em diferentes partes da cidade, oferecendo ensino gratuito para a “classe desprovida”.

É preciso considerar que embora o aumento na oferta de cursos e escolas para a instrução formal seja fundamental para compreender a expansão do letramento entre grupos sociais, ela não foi o único determinante na ampliação do público leitor, para o que contribuem outras experiências como a difusão de jornais e revistas, a criação de bibliotecas, etc. Vale ressaltar, também, que os livros didáticos analisados neste trabalho são aqueles destinados ao ensino de história do Brasil, o que nos leva ao entendimento de que os públicos aos quais se destinavam já dominavam as primeiras letras, ainda que nem sempre estivessem matriculados em escolas ou cursos regulares.

Pude observar também que muitos autores de livros de História pretendiam atingir pessoas que não necessariamente freqüentavam os bancos escolares, pois incluíam entre os seus destinatários os “homens simples do povo”, expressando talvez as inúmeras possibilidades abertas pelo autodidatismo nas camadas populares.

Em relação às escolas particulares, observamos que muitos proprietários e diretores de escolas eram também autores de livros didáticos, o que sugere uma importante articulação que poderia servir como atestado de excelência das escolas particulares. Para citar alguns casos, temos: “Colégio de instrução primaria de meninos internos e externos, dirigido por Antonio Maria Barker autor e proprietário de uma coleção de compêndios (...)”<sup>15</sup>; Luíza Carolina de Araújo Lopes, diretora do Colégio de Meninas Santa Luzia, autora de *Lições de Geografia particular do Brasil*, em 1877.

Por sua vez, na década de 1920 evidencia-se um aumento significativo no número de habitantes da cidade do Rio e a consolidação do declínio no número de analfabetos, menor que a população alfabetizada na cidade. Além disso, neste momento temos uma produção de livros didáticos com características diferentes da segunda metade do século XIX, pois há indícios de um processo de massificação com um aumento no número de tiragens dos livros, na casa de 10.000 exemplares por edição. A busca pelo barateamento da produção e dos preços do livro didático se apresenta na estrutura gráfica voltada para públicos diversificados, incrementando em formato, métodos e renovação da linguagem com uso de ilustrações, mapas e outras inovações.

---

<sup>15</sup> *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial* para o ano de 1848: RJ:E & H Laemmert, 1848, p. 226.

A produção de livros didáticos neste período não era “artesanal”, como muitos afirmam, e atentar para a existência de outros sujeitos envolvidos na produção didática é crucial para a compreensão das dinâmicas e transformações no negócio de livros no Brasil, que pelo visto, interessava a muitos, e não apenas aos 3 livreiros mais importantes como muitos estudos defendem. O fato de parcela significativa de estudos concentrarem suas análises nos editores “consagrados”, dentre os quais temos os Laemmert, os Garnier e Francisco Alves, explica porque ignoram muitas vezes, “livreiros” tidos como “menores”, além de silenciarem sobre os outros sujeitos históricos envolvidos nesta atividade, fundamentais para a existência dos próprios livreiros.

Este é o caso do estudo de Laurence Hallewel,<sup>16</sup> que apesar de trazer muitas informações importantes sobre o mercado editorial no Brasil, não reconhece a importância dos outros livreiros e outros sujeitos envolvidos na atividade de edição e comércio de livros. Apesar de suas contribuições, as análises de Hallewell são muito factuais, além de terem uma concepção muito fragmentada do objeto.

Mais recentemente, diversos estudos têm se caracterizado por abordagens multidisciplinares, incorporando à perspectiva de uma história editorial a preocupação com uma “história da leitura,” com o objetivo de reconstituir as relações dos homens com os livros e os modos de ler de grupos sociais diversos<sup>17</sup>. Tem-se considerado também a constituição histórica de um mercado editorial no Rio de Janeiro já no século XIX com a intensa produção, circulação e recepção de impressos, e estudos sobre editoras.<sup>18</sup> Todavia, poucos ainda têm sido os que atentam para o importante lugar da produção didática neste mercado.<sup>19</sup>

---

<sup>16</sup> HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil* (sua história). SP: Editora Ática, 1985.

<sup>17</sup> ABREU, Márcia (org). *Leitura, história e história da leitura*. SP: Mercado de Letras, 1999; BESSONE, Tânia Maria. *Palácio de destinos cruzados: bibliotecas, homens e livros no Rio de Janeiro. 1870-1920*. RJ: Arquivo Nacional, 1999.

<sup>18</sup> EL FAR, Alessandra. *Páginas de sensação*. Literatura popular e pornográfica no Rio de Janeiro (1870-1924). SP: Cia das Letras, 2004; DUTRA, Eliana de Freitas. *Rebeldes literários da República*. História e identidade nacional no Almanaque Brasileiro Garnier (1903-1914). BH: Editora, 2005.

<sup>19</sup> BRAGANÇA, Aníbal . “A política editorial de Francisco Alves e a profissão de escritor no Brasil”.: ABREU, Márcia (org). *Leitura, história e história da leitura*. Mercado das Letras, 1999.

\_\_\_\_\_. “A Francisco Alves no contexto da formação de uma indústria brasileira do livro”. Texto apresentado ao *I Seminário Brasileiro sobre Livro e Mercado Editorial*. Rio de Janeiro, UFF/Casa de Rui Barbosa, 2004.

\_\_\_\_\_. *Livraria ideal*. A trajetória de um imigrante italiano, de engraxate a livreiro ( 1935-1966). Dissertação de mestrado. SP: USP, 1995.

De um modo geral, as pesquisas sobre os livros (e sobre os livros escolares) se intensificaram a partir dos trabalhos de Lucien Febvre e Henri Jean Martin<sup>20</sup>, sendo o livro concebido por estes como um “fermento”, o difusor de profundas transformações nas relações humanas. Deste modo, a historiografia francesa das últimas décadas ampliou os títulos sobre o mundo das letras, da leitura e dos leitores na Europa e no Ocidente, num campo de estudo denominado História Cultural<sup>21</sup>, tendo como referências teóricas os muitos trabalhos de Roger Chartier.<sup>22</sup>

Os estudos de Chartier propõem “uma mudança de perspectiva” em relação ao livro, pois, seus estudos relacionam a leitura ao universo social dos leitores, considerando as práticas de leitura, sugerindo três elementos como cruciais para a compreensão do universo da leitura: *o texto, o objeto e a prática*. No interior da historiografia brasileira, os trabalhos de Chartier tiveram muita ressonância, sobretudo para abordagens que se identificam com a chamada *História Cultural* e a *Nova História Cultural*.

Além da perspectiva teórica de Chartier, outros estudiosos se dedicaram à questão do livro. Robert Darnton estuda papel da leitura, da mídia e do Iluminismo, atentando para o que estaria “por trás” da leitura no passado, o que as pessoas achavam sobre *o que liam como liam*, e os *significados* que tais leituras tinham nas vidas dos indivíduos.<sup>23</sup> Já o italiano Carlo Ginzburg, ao estudar especialmente o autodidatismo do moleiro Menocchio,<sup>24</sup> analisou as práticas e aprendizagem da leitura no âmbito da *cultura popular* no século XVI.

Uma vez que o presente trabalho tem como preocupação uma história social, e não “uma história do livro” ou ainda “uma história da leitura”, utiliza como categoria

---

<sup>20</sup> FEBVRE, Lucien & MARTIN, Henri-Jean. *O aparecimento do livro*. São Paulo, Ed. da UNESP, 1992.

<sup>21</sup> CHARTIER, Roger. *A História Cultural entre práticas e representações*. Lisboa, Difel, 1988.

<sup>22</sup> CHARTIER, Roger e MARTIN, H J. *Histoire de l' édition française*. Paris, Primodis, 1982. Há neste livro inclusive, dois capítulos sobre os livros didáticos, os de Dominique Julia e de Alain Choppin;

\_\_\_\_\_. “O livro. Uma mudança de perspectiva .” In: LE GOFF e NORA. *História: Novos objetos*. Livraria Francisco Alves, 1976. E os estudos recentes:

\_\_\_\_\_. “Texto, impressão e leitura”. In: HUNT, Lyn (org). *A nova história cultural*. São Paulo, Martins Fontes, 1992; *Práticas de leitura*. (org). São Paulo, Edição Liberdade. 1996;

\_\_\_\_\_. *A ordem dos livros. Leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Local, editora, 1994;

\_\_\_\_\_. CHARTIER, Roger & CAVALLO, Guglielmo (orgs). *História da leitura no mundo ocidental*. 2 volumes. Ed. Ática, 1999.

<sup>23</sup> DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. SP: Cia das Letras, 1990, página 153.

<sup>24</sup> GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes. O cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. Cia das Letras, São Paulo. 1987.



fundamental cultura enquanto modo de vida, de luta, e não uma instância isolada dos conflitos e experiências dos sujeitos.

Cultura é pensada aqui na acepção de E P Thompson, ou seja, em relação à noção de experiência social, considerando homens e mulheres como sujeitos sociais que experimentam suas situações e relações sociais enquanto necessidades, interesses e com antagonismos, e que em seguida tratam essa experiência em sua consciência e sua cultura com complexidade, para só então, agir sobre uma situação dada, experimentando não apenas como *idéias no âmbito do pensamento*, mas também como sentimentos, normas, valores, obrigações que se exprimem em ações e também como resistências.

Em relação aos trabalhos *sobre* livros didáticos de história do Brasil, muitas são as áreas do conhecimento (comunicação, história, educação) e correntes teóricas que se propõem a pesquisá-los<sup>25</sup>. Dada a infinidade de trabalhos acadêmicos sobre este objeto, <sup>26</sup>me deterei àqueles que se propõem a trabalhar com recortes cronológicos próximos aos meus, entre finais do século XIX e inícios do XX.

Circe Bittencourt analisa a construção do saber escolar em livros didáticos de História referentes ao período da criação das primeiras escolas públicas elementares e secundárias até os anos iniciais da República<sup>27</sup>. Aludindo a toda produção nacional, seu trabalho é uma importante contribuição, sobretudo por perceber o objeto em suas múltiplas dimensões, apontando para as articulações entre Estado e mercado editorial e para a complexidade dos domínios que envolvem o livro: mercadoria/ instrumento de ensino/ veiculação de idéias e valores.

---

<sup>25</sup> Dentre as quais se destaca a corrente que se propõe a uma história das disciplinas escolares, tendo como marcos teóricos importantes: CHERVEL, André. “História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa”. *Teoria & Educação*, n° 2, 1990, pp.177-229; JULIA, Dominique. *Disciplinas escolares: objetivos, ensino e apropriação*. IN: LOPES, Alice & MACEDO, Elizabeth (orgs). *Disciplinas e integração curricular: história e políticas*. RJ: DP&A, 2002. pp.37-71.

<sup>26</sup> Dentre as mais recentes monografias, dissertações e teses, citam algumas realizadas na Universidade Federal Fluminense: MOSTAFA, Maria. *A mulher nos livros didáticos de história: uma análise crítica*. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em História) - Universidade Federal Fluminense; ALMEIDA, Nina Paiva. *Temática indígena e questão nacional no ensino de História*. Parâmetros curriculares nacionais e livros didáticos. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em História) - Universidade Federal Fluminense; VIDAL, Maria Cristina Fonseca. *Jonathas Serrano: limites e possibilidades no ensino de história do Brasil nos anos 30*. Dissertação de Mestrado em história, UFF, 2005; REZNIK, Luís. *Tecendo o amanhã*. A História do Brasil no ensino secundário: programas e livros didáticos (1931-1945). Niterói. Dissertação de mestrado, UFF.

<sup>27</sup> BITTENCOURT, Circe. *Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar*. 1993. Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993. 369p

Arlete Gasparello<sup>28</sup> pretendeu fazer uma “história dos livros didáticos de História do Brasil”, acompanhando a configuração da disciplina escolar no ensino institucional secundário brasileiro, tendo como foco de análise o Colégio Pedro II e os programas de ensino da história nacional.

Por outro lado, há análises específicas sobre autores de livros didáticos, como as sobre Rocha Pombo<sup>29</sup>, João Ribeiro<sup>30</sup>, entre outros. Selma Mattos,<sup>31</sup> por exemplo, destaca a vida e obra de Joaquim Manuel de Macedo, sobretudo em suas funções de secretário do IHGB e de professor do Imperial Colégio Pedro II<sup>32</sup>. Conceição Cabrini<sup>33</sup> optou por abordar um autor de cartilhas escolares, Felisberto de Carvalho, o situando dentro dos projetos educacionais e mudanças ocorridas a partir do século XIX. A autora defende a idéia de que os livros didáticos de “longa duração” sustentaram projetos político-educacionais, constituindo “um importante elemento na constituição de mentalidades de várias gerações”. Diferente de Bittencourt, Cabrini analisa o livro didático essencialmente enquanto veículo transmissor e divulgador de idéias e projetos políticos, não apontando outras dimensões que o compõem.

Com exceção da pesquisa de Circe Bittencourt, os trabalhos citados não tiveram como objeto de estudo específico a relação mercado editorial com a publicação de livros didáticos de história, ainda que se reconheça sua importância para a construção da chamada *história da nação* ou da *memória nacional*, mormente num contexto em que as definições da nação e do nacional eram questões que estavam na ordem do dia do debate político.

Não obstante a contribuição dos trabalhos aqui citados, dentre outros, a maioria elege como foco central a história da educação ou das disciplinas escolares, concebendo

---

<sup>28</sup> GASPARELLO, Arlete. *Construtores de identidades: os compêndios de História do Brasil do Colégio Pedro II (1838-1920)*. Tese de Doutorado em Educação, PUC/SP, 2002.

<sup>29</sup> MEDRANO, Lilia Inés Zanotti de et alii. “O compêndio de história da América de Rocha Pombo. Uma apreciação crítica”. *Notícia bibliográfica e histórica*. Jul/set. 2003.

<sup>30</sup> HANSEN, Patrícia dos Santos. *Feições e fisionomia: a história do Brasil de João Ribeiro*, RJ: ACESS, 2000; MELO, Ciro Bandeira de. *Senhores de História: a construção do Brasil em 2 manuais didáticos de história da segunda metade do século XIX*. Doutorado em Educação, São Paulo, FAE/USP, 1997. (Sobre a obra de João Ribeiro e Joaquim Manuel de Macedo)

<sup>31</sup> MATTOS, Selma. *O Brasil em Lições de Joaquim Manuel de Macedo. A história do ensino de história do Brasil através dos manuais de Joaquim Manuel de Macedo. Mestrado em Educação*. Rio de Janeiro, FGV, 1993.

<sup>32</sup> *Ibidem*.

<sup>33</sup> CABRINI, Conceição Aparecida. *Memória do livro didático. Os livros de leitura de Felisberto Rodrigues de Carvalho*. Dissertação de Mestrado em Comunicação e Jornalismo, USP, 1994. A autora faz uma análise dos 5 livros de leitura de Felisberto Rodrigues de Carvalho, publicados pelas editoras Francisco Alves, Garnier e Serafim Alves.

o livro didático como mero divulgador de projetos e idéias, sobretudo dos projetos políticos para a nação<sup>34</sup> elaborados em outros espaços e por outros sujeitos independentes ou como instrumento/método de ensino. Poucos concebem as transformações nos usos do livro também como objeto de consumo, produzido dentro de um mercado editorial que se formava e se estruturava em função das demandas sociais de determinado momento histórico. Nesse sentido, a presente pesquisa busca contribuir com um enfoque diferenciado.

O presente trabalho insere-se numa perspectiva teórica da História Social, num compromisso de dar visibilidade a outros sujeitos de “fora” dos grandes temas consagrados pela historiografia oficial, numa preocupação com a compreensão dos nexos e das relações sociais existentes na atividade humana.

Optou-se por explorar as articulações entre cultura letrada e ensino de história na cidade do Rio de Janeiro, compreendendo a leitura e a escrita como dimensões da experiência social e como campo de tensão entre grupos.<sup>35</sup>

Em torno das perspectivas da história social, pensamos o livro didático não como um objeto estanque, mas inserido nas articulações e relações sociais que o produziram, buscando conforme sugere Cruz, os múltiplos usos sociais da “cultura letrada” em grupos sociais distintos:

Nessa conjuntura, a difusão e ‘popularização’ da cultura letrada via processos como a escolarização em massa, o desenvolvimento da linguagem comercial da propaganda e a formação de uma imprensa comercial colocam-se como questões importantes para a compreensão das novas redes de comunicação social na metrópole e das relações de poder aí emergente.<sup>36</sup>

Deste modo, é possível pensar o acesso ao livro didático e ao universo da cultura letrada como uma possibilidade de ampliação de direitos de cidadania, vislumbrados com o ingresso em escolas, dentre outros, como manifestações de luta e expressão de embates em torno da educação “para o povo”. Neste ponto, analisamos o aumento da oferta de ensino, e da produção de livros didáticos, enquanto fruto de pressões de

---

35 THOMPSON, E P. *Os românticos*. A Inglaterra na era vitoriana. RJ: Civilização Brasileira, 2002, p.31.

36 CRUZ, Heloísa de Faria. *São Paulo em papel e tinta: periodismo e vida urbana-1890-1915*. SP:EDUC; FAPESP; Arquivo do Estado de São Paulo; Imprensa Oficial de São Paulo, 2000, p.36.

sujeitos que reivindicavam uma ampliação por participação política e social, uma vez que o domínio das letras significava muito neste sentido. Não interpretamos, portanto, tais conquistas como doações espontâneas vindas de “cima” ou como fruto de um progresso material e técnico que fez proliferar também a oferta de livros e informações.

As demandas sociais que levaram à expansão do ensino público representavam também lutas por melhorias nas condições de ensino, seja na construção de novas escolas, seja no envio de livros didáticos de qualidade para as escolas das freguesias menos “nobres” da cidade.<sup>37</sup>

No que tange ao “público leitor” de livros didáticos, é importante refletir sobre a possibilidade de uma ampliação e diversificação do público leitor de um modo geral, extrapolando as instituições de ensino oficiais da época, indicando com isto o desenvolvimento de diferentes modos e usos da leitura a partir do século XIX, concebendo os livros didáticos para além do universo escolar, incluindo, assim, os usos realizados pelas camadas populares, como por exemplo, alunos de cursos noturnos, leitores autodidatas, como apreendemos nas intenções de alguns autores e editores de livros didáticos, que buscavam produzir livros acessíveis à “gente comum”, uma vez que para alguns:<sup>38</sup>

O conhecimento da história de um povo não se adquire rapidamente no decurso de um ano escolar: - nesse período aprende o que mais importante nela se observa. Aliás, para o comum dos homens para os que se não destinam a cultores extremados da evolução de seu país, não é necessário o relato minucioso dos fatos de sua história. Dá-se - lhes, nestes casos, uma noção dos principais acontecimentos fazendo ressaltar os tipos eminentes que neles figuraram.<sup>39</sup>

---

<sup>37</sup>Cf: SCHUELER, Alessandra Frota. *Forma e culturas escolares: práticas, representações e experiências de profissionalização docente em escolas públicas primárias na cidade do Rio de Janeiro (1870-1890)*. Tese de Doutorado em Educação, Niterói, UFF, 2002.

VILLELA, H. “A Imprensa Pedagógica e constituição da profissão docente: alguns embates.” In: GONDRA, J. (Org.). *Dos arquivos à escrita da história: a educação brasileira entre o Império e a República*. Bragança Paulista: EDUSF, 2001.

\_\_\_\_\_. *Da palma palmatória à lanterna mágica: a Escola Normal da Província do Rio de Janeiro entre o artesanato e a formação profissional (1868-1876)*. Tese (Doutorado)-Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

<sup>38</sup> PAIVA, V. P. *Educação popular e educação de adultos*. 2.ed. São Paulo : Loyola, 1983 e também: MARTINEZ, Alessandra Frota. *Educar e instruir. A instrução popular na corte imperial (1870- 1889)*. Dissertação de mestrado em História, 1997, UFF, Niterói.

<sup>39</sup> COUTO, Pedro. *Pontos de história do Brasil*. RJ: Jacintho Ribeiro dos Santos Editor, 1920. 2ª ed. Grifos meus.

Conforme Thompson, as classes trabalhadoras não eram simples presas de forças históricas externas e determinantes, tendo desempenhado um papel ativo e essencial na criação de sua própria história e na definição de sua própria identidade cultural:

O autodidata tinha, muitas vezes, um entendimento desigual e difícil, mas era seu. Como tinha sido obrigado a encontrar seu próprio caminho intelectual, pouco tomou de empréstimo: sua mente não se movia dentro da rotina estabelecida de uma educação formal.<sup>40</sup>

Todavia, as camadas populares não apenas “consumiam” os livros. Analisando a trajetória dos próprios autores de livros didáticos de história, observa-se que as experiências e motivações destes eram bastante distintas. Ao contrário do que muitos estudos afirmam, os autores de livros didáticos e livros de cunho mais popular não eram apenas “homens de letras” ou membros de uma elite intelectual e econômica. Muitos dos autores (e autoras) provinham de classes menos favorecidas, o que ajuda na compreensão da escrita de livros didáticos numa dimensão de lutas e embates, concebendo o acesso das classes populares à cultura letrada como possibilidade de “fazer comunicável sua memória e experiência”.<sup>41</sup>

---

40 THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa III*. A força dos trabalhadores. RJ: Paz e Terra, 1988.

41 MARTIN-BARBERO, Jesús. *Dos meios às mediações*. RJ: Editora da UFRJ, 2001, pp.179-181.

### **Bibliografia:**

ABREU, Márcia (org). *Leitura, história e história da leitura*. SP: Mercado de Letras, 1999

ALMEIDA, J Ricardo de. *História da Instrução Pública no Brasil (1500-1889)*. S. Paulo: INEP/PUC-SP, 1989.

BESSONE, Tânia Maria. *Palácio de destinos cruzados: bibliotecas, homens e livros no Rio de Janeiro.1870-1920*.RJ: Arquivo Nacional, 1999.

BRAGANÇA, Aníbal . “A política editorial de Francisco Alves e a profissão de escritor no Brasil”.: ABREU, Márcia (org). *Leitura, história e história da leitura*. Mercado das Letras, 1999.

\_\_\_\_\_. “A Francisco Alves no contexto da formação de uma indústria brasileira do livro”. Texto apresentado ao *I Seminário Brasileiro sobre Livro e Mercado Editorial*. Rio de Janeiro, UFF/Casa de Rui Barbosa, 2004.

\_\_\_\_\_. *Livraria ideal*. A trajetória de um imigrante italiano, de engraxate a livreiro ( 1935-1966). Dissertação de mestrado. SP: USP, 1995.

CRUZ, Heloísa de Faria. CRUZ, Heloísa de Faria. *São Paulo em papel e tinta: periodismo e vida urbana-1890-1915*. SP:EDUC; FAPESP; Arquivo do Estado de São Paulo; Imprensa Oficial de São Paulo, 2000.

DAMAZIO, Sylvia. *Retrato Social do Rio de Janeiro na virada do século*. RJ: EdUERJ, 1996.

DUTRA, Eliana de Freitas. *Rebeldes literários da República*. História e identidade nacional no Almanaque Brasileiro Garnier (1903-1914). BH: Editora, 2005.

EL FAR, Alessandra. *Páginas de sensação*. Literatura popular e pornográfica no Rio de Janeiro (1870-1924). SP: Cia das Letras, 2004.

GINZBURG, Carlo. O queijo e os vermes. O cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição. Cia das Letras, São Paulo. 1987.

HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil (sua história)*. SP:Editora Ática, 1985.

MACIEL, Laura Antunes. “De ‘o povo não sabe ler’ a uma história dos trabalhadores da palavra”. In: MACIEL, Laura Antunes, Paulo Roberto de Almeida,

Yara Aun Khoury.(Orgs.). *Outras histórias : memórias e linguagens*. São Paulo : Olho d'Água, 2006

MARTINEZ, Alessandra Frota. *Educar e instruir*. A instrução popular na corte imperial (1870- 1889). Dissertação de mestrado em História,1997, UFF, Niterói.

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de. *Forma e culturas escolares na cidade do Rio de Janeiro: representações, experiências e profissionalização docente em escolas públicas primárias*. Doutorado em Educação, UFF,2002

SILVA, Alexandra Lima da. *Entre vínculos e círculos: livros didáticos de História do Brasil, autores e público leitor entre 1838-1924, RJ*. Monografia de Conclusão do Curso de Graduação em História, UFF, 2005, sob a orientação da Profª Drª Laura Antunes Maciel.

\_\_\_\_\_.*Ensino e mercado editorial de livros didáticos de História do Brasil – Rio de Janeiro (1870-1924)*. Niterói, Dissertação (Mestrado em Historia), ICHF/ UFF, 2008, sob a orientação da Profª Drª Laura Antunes Maciel.

\_\_\_\_\_. Imprensa, memória e ensino de Historia-Rio de Janeiro, 1870-1920. Anais do XII Encontro Regional de História ANPUH-Rio-*Identities*, Seropedica, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2008, 8paginas.( Disponível em:[http://www.encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1212940128\\_ARQUIVO\\_anpuhtextofinalale.pdf](http://www.encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1212940128_ARQUIVO_anpuhtextofinalale.pdf)).

THOMPSON, E P. *Os românticos*. A Inglaterra na era vitoriana. RJ: Civilização Brasileira, 2002.

\_\_\_\_\_. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. RJ: Zahar. 1981.